

## 3

## A ASSIMÉTRICA CATEGORIA DO SUBJUNTIVO EM PORTUGUÊS

Vários gramáticos e também lingüistas de correntes diversas se ocuparam e ainda têm se ocupado com a questão do subjuntivo em português; entretanto, até o momento presente, não dispomos de uma caracterização abrangente e exaustiva do assunto.

De um modo geral, o tratamento dado ao subjuntivo, quer esteja vinculado à tradição gramatical como o que se verifica em Cunha e Cintra (2001), Bechara (2001), dentre outros, quer seja de cunho mais lingüístico como se encontra em Câmara Jr. (1975, 1996a, b), Mateus et alii (1989), Medeiros (1996), Perini (2000), Azeredo (2000b), para mencionar apenas alguns, tem estado quase exclusivamente relacionado a uma tentativa de explicitar as *regularidades* no emprego do mesmo – mais especificamente, como já se disse, regularidades manifestas com maior constância e homogeneidade na variante padrão escrita.

Uma descrição concisa das regularidades no emprego do subjuntivo em português pode ser apresentada nos seguintes termos, encontrados em Bechara (2001, 280-283), e recorrentes também em muitos outros estudos sobre o subjuntivo em português (cf. Cunha e Cintra, 2001, 466-471; Mateus et alii, 1989, 108, 109):

O modo subjuntivo ocorre normalmente nas orações independentes optativas, nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas subordinadas, em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar.

Nas orações subordinadas substantivas ocorre o subjuntivo nos seguintes principais casos:

- (i) depois de expressões (verbos, nomes ou locuções equivalentes) que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento;
- (ii) depois de expressões (verbos ou locuções formadas por *ser*, *estar*, *ficar* + substantivo ou adjetivo) que denotam desejo, probabilidade, necessidade, utilidade, etc.

Usa-se o subjuntivo nas orações adjetivas que exprimem fim; consequência; uma conjectura e não uma realidade; depois de um predicado negativo, ou de uma interrogação de sentido negativo quando enunciam uma qualidade que determine e restrinja a idéia expressa por esse predicado ou interrogação.

Nas orações adverbiais usa-se o subjuntivo:

- (i) nas causais de *não porque, não* (ou *nem*), quando se quer dizer que a razão aludida não é verdadeira;
- (ii) nas concessivas de *ainda que, embora, conquanto, posto que, se bem que, por muito que, por pouco que* (e semelhantes), não havendo, entretanto, completo rigor a respeito;
- (iii) nas condições de *se, contanto que, sem que, a não ser que, suposto que, caso, dado que*, para exprimir hipótese, e não uma realidade;
- (iv) nas finais;
- (v) nas temporais de *antes que, assim que, até que, enquanto, depois que, logo que*, quando ocorrem nas negações ou nas indicações de simples concepção, e não uma realidade.

As informações apresentadas na descrição acima misturam, como é frequente em Gramáticas Tradicionais (cf. Perini, 2000), dados morfossintáticos e semânticos, somando-se a isso a ausência, igualmente típica nessas abordagens, de qualquer consideração de ordem mais pragmática. Há nela, no entanto, elementos suficientes para que possamos concluir que a categoria do subjuntivo em português é melhor compreendida se tomada não como uma categoria clássica, na qual todos os membros possuem características essenciais em comum, mas antes como uma categoria humana típica, nos termos de Lakoff (1987) descritos no capítulo anterior. Trata-se de uma categoria francamente assimétrica, com fronteiras pouco definidas, em que se podem observar efeitos de prototipia e relações de semelhança familiar.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às fronteiras entre o subjuntivo e o indicativo, podemos observar que de modo algum correspondem a uma demarcação rígida, considerando-se que muitas das noções modais associadas ao subjuntivo, e listadas na descrição de Bechara acima, comparecem também em enunciados formulados no modo indicativo. Com efeito, segundo exposição clássica de Câmara Jr. (1996a, 145), em português, “o indicativo invadiu a área do subjuntivo”. Dessa forma, a expressão da modalidade subjuntiva passou a exprimir-se frequentemente por advérbios de dúvida; pela aplicação modal dos tempos verbais do indicativo; e pela subordinação da enunciação a um verbo que significa um estado mental como, *pensar, crer*, por exemplo. Se, por outro lado, observamos os enunciados formulados no modo subjuntivo em português, percebemos que podem ser por vezes não marcados quanto à modalidade, à semelhança dos enunciados típicos do indicativo (cf. exemplo 22). Conforme dito no capítulo anterior, as distinções de valores entre indicativo e subjuntivo devem

ser entendidas em termos de caracterizações *prototípicas*, mas não como propriedades fixas e auto-excludentes.

Em conexão com a relativa indefinição na sua fronteira com o indicativo, o modo subjuntivo em português associa-se internamente a uma gama de sentidos bastante heterogênea, na qual, conforme podemos ver na caracterização de Bechara acima, incluem-se noções prototipicamente modais – seja de tipo epistêmico (dúvida, hipótese, possibilidade, probabilidade, necessidade), seja de tipo deôntico (ordem, consentimento, aprovação, desejo, vontade) –, e também noções cujo estatuto modal é menos claro (tais como reversão de expectativa (“concessão”), utilidade, finalidade, causalidade, temporalidade, surpresa, admiração, receio).

Nos casos em que o subjuntivo é utilizado em conexão com valores semânticos prototipicamente modais, é importante observar ainda que, conforme esclarece Câmara Jr. (1996a, 169) e à semelhança do que ocorre em muitas outras línguas do mundo (cf. Palmer, 1986, 22), este modo tende a ser uma forma semanticamente redundante, uma vez que, nos enunciados em que é empregado, o caráter modal de dúvida já está presente nas estruturas ou no conectivo que determinam seu uso. Por esse motivo, Câmara Jr. (1996a, 225) caracteriza o emprego do subjuntivo como uma *servidão gramatical*, restrito a certos tipos frasais, nos quais ele guarda, entretanto, sua significação básica. Esse dado tem importância considerável para a análise que realizamos neste trabalho, conforme ficará claro no próximo capítulo.

Do ponto de vista morfossintático, o modo em português parece ter comportamento igualmente heterogêneo, podendo manifestar-se tanto em orações independentes quanto em subordinadas, estas últimas podendo ainda ser complementares ou oblíquas. Podemos dizer, no entanto, que, à semelhança do que ocorre em outras línguas do mundo, o subjuntivo é mais típico em português em orações subordinadas (cf. Câmara Jr., 1975, 135). Não temos dados suficientes, no entanto, para afirmar que o subjuntivo apareça mais tipicamente em orações complementares do que em orações oblíquas; seja como for, a categoria tem incidência expressiva nos dois tipos de oração, embora, como veremos no capítulo seguinte, os dois tipos de subordinadas apresentem comportamento diferente no que diz respeito à incidência de flutuação.

O que fica claro, enfim, é que um breve exame de resultados descritivos já estabelecidos acerca do funcionamento do subjuntivo em português já demonstra tratar-se de uma categoria não clássica, assimétrica tanto do ponto de vista semântico quanto morfossintático. Isto posto, estamos agora em condições de reinterpretar tais resultados à luz das proposições teóricas expostas no capítulo anterior, de modo a explicitar quais são e como se relacionam as propriedades assimetricamente associadas ao emprego do subjuntivo em português.

Como vimos, o subjuntivo pode estar ligado a usos mais claramente modais e menos claramente modais ou mesmo não-modais. Neste trabalho, estamos considerando como mais prototípico o uso *modal* do subjuntivo como marca *redundante* em relação a outros marcadores modais presentes nas adjacências lingüísticas. Isso significa dizer que, diferentemente do posicionamento de Perini (2000, 259), que sustenta a idéia de que a tendência que se observa na língua é a de eliminar o subjuntivo, acreditamos que o subjuntivo não é uma categoria “moribunda”, mas sim uma categoria que ainda possui uma identidade semântico-pragmática na língua, que está na base de seus usos mais prototípicos e, portanto, mais regulares.

Entre os casos de uso modal do subjuntivo, estamos interpretando o fato de que o subjuntivo em português liga-se à expressão das modalidades deôntica e epistêmica como um caso de *polissemia*, e não de homonímia. Em outras palavras, tendo em vista as considerações de Sweetser apresentadas na seção 2.2.1 do capítulo anterior, estamos levando em conta que a vocação deôntica é cognitivamente mais básica do que a vocação epistêmica, devendo a modalidade epistêmica ser considerada como uma projeção metafórica bastante disseminada e geral da modalidade deôntica, que, por sua vez, origina-se do esquema da dinâmica de forças, mais especificamente do esquema de causalidade intencional.

Na esfera deôntica, estamos julgando mais prototípicos os usos do subjuntivo em associação com o campo da permissão e da obrigação, em atos de fala diretivos de tipo direto ou indireto. Já na esfera epistêmica, estamos julgando mais prototípicos os usos do subjuntivo em associação com os campos clássicos que se distribuem no eixo necessidade-possibilidade (dúvida, hipótese, probabilidade, etc.), em atos de fala assertivos de julgamento.

Uma caracterização das propriedades associáveis ao subjuntivo em português pode ser obtida a partir do esquema proposto por Sweetser (1990) para a modalidade em geral. Tal esquema, já discutido no capítulo anterior, pode ser assim resumido:

#### Mundo sócio-físico

Ancoragem cognitiva no esquema genérico de *causa* como imposição de forças e suspensão de barreiras, esquema que, por sua vez, motiva o esquema conceptual de *causalidade intencional*



Projeção do esquema de causalidade intencional para a esfera social da *conduta*, com o engendramento conceptual do eixo *permissão-obrigação* (modalidade deôntica; atos de fala diretivos)



Projeção das noções de permissão e obrigação social para a esfera mental do *conhecimento*, com o engendramento conceptual do eixo *necessidade-possibilidade* (modalidade epistêmica; atos de fala assertivos de julgamento)

#### Mundo epistêmico

Se examinamos, à luz dessa caracterização, as construções associadas ao emprego do subjuntivo listadas por Bechara, anteriormente mencionadas, podemos tirar algumas conclusões acerca de quais são aquelas que são “melhores” e “piores” exemplos de emprego desta categoria.

Assim, podemos considerar como usos mais prototípicos do subjuntivo (“melhores exemplos”) aqueles que se verificam em estruturas tipicamente vocacionadas à expressão da modalidade deôntica, que ocupa a posição mais central na categoria do subjuntivo, ou seja, em orações subordinadas complementares, depois de verbos, nomes ou locuções equivalentes que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição; e em orações subordinadas

complementares, depois de verbos ou locuções formadas por *ser, estar, ficar* + substantivo ou adjetivo que denotam desejo e necessidade. Tais construções associam-se tipicamente ao *nível básico* ou *intermediário* de organização da categoria do subjuntivo, conforme apresentado no capítulo anterior.

Como usos um pouco menos prototípicos do subjuntivo, uma vez que estão associados a uma projeção metafórica do membro central da categoria – mas ainda assim bastante disseminados dada a constância e regularidade da projeção em muitas línguas do mundo e sem dúvida no português –, podemos considerar os usos do subjuntivo que se verificam em estruturas tipicamente vocacionadas à expressão da modalidade epistêmica, isto é, em orações complementares, depois de verbos ou locuções formadas por *ser, estar, ficar* + substantivo ou adjetivo que denotam probabilidade, possibilidade; em orações dubitativas com *talvez*; e em orações oblíquas condicionais, associáveis à esfera epistêmica pelo fato de que se ligam à noção de *hipótese*.<sup>2</sup>

Há que se considerar também os usos do subjuntivo verificados em estruturas de caráter modal duvidoso. Típicas aqui são as estruturas expressivas avaliativas, ou seja, orações complementares que se seguem a verbos que denotam receio, admiração, surpresa, contentamento, ou a substantivos que denotam o mesmo em construções formadas por *ser, estar* + substantivo. Igualmente duvidoso é o caráter modal em orações oblíquas finais típicas, que “expressam uma atitude do sujeito da oração, explicando quais intenções ele tem de realizar a ação indicada” (cf. Palmer, 1986, 174). Tanto as estruturas expressivas avaliativas, quanto as orações oblíquas finais não se enquadram nos parâmetros acima de forma clara; talvez ambas se liguem à modalidade deôntica, contudo não é uma conexão de todo evidente.

Por fim, podemos considerar como os usos menos prototípicos do subjuntivo (“piores exemplos”), aqueles que se verificam em orações oblíquas temporais, causais e concessivas, uma vez que se vinculam claramente apenas à ancoragem cognitiva básica da modalidade, apresentando ligação com a noção de *causalidade*, mas sem projeção muito clara seja para a esfera deôntica, seja para a

---

<sup>2</sup> Assim como Palmer (1986, 188), acreditamos que “nosso entendimento das condicionais é ainda bastante precário”; no entanto, apesar de ser um tópico altamente controverso na análise linguística contemporânea, não há como negar que a modalidade e a condicionalidade, sobretudo a epistêmica, são fenômenos “sabidamente relacionados” (cf. Sweetser, 1990, 140).

epistêmica. A ligação semântica das estruturas causais e concessivas com a âncora cognitiva primária da modalidade, o esquema da causalidade, foi bem caracterizada por Monteiro (1998, 41), ainda que em termos distintos daqueles utilizados na abordagem cognitivista:

“Pode-se dizer que existe uma implicação mútua entre relações causais, condicionais e concessivas, já que todas são explicáveis em função da satisfação / não-satisfação de necessidade / de suficiência da determinadas condições. Parece haver, portanto, a existência de um espectro semântico que se estende das orações causais até as orações concessivas, passando pelas condicionais. Nas orações causais, que se encontram em um extremo, a relação de causa entre a subordinada e a principal é afirmada; já nas orações concessivas, que estão no outro extremo, a relação de causa entre as orações envolvidas é negada.”

Nesse sentido, causais e concessivas, embora estejam relacionadas à base cognitiva da modalidade, pois se ligam com a noção de causalidade, não representam construções modais típicas, uma vez que não há projeção quer para a esfera deontica, quer para a epistêmica.<sup>3</sup> O fato de que o modo subjuntivo é utilizado nessas construções reforça, no entanto, a hipótese cognitivista de que os membros de uma categoria não precisam possuir todos as mesmas propriedades essenciais, havendo espaço para membros que se ligam fracamente à categoria, apresentando, por exemplo, apenas uma de suas propriedades.

No caso das orações oblíquas concessivas, é importante fazer uma ressalva quanto a seu estatuto modal. As diferentes características semântico-discursivas de cada uma das conjunções que as introduzem, já que tais conjunções trazem consigo outros valores semânticos ao lado do valor de reversão de expectativa/concessão, são importantes para a caracterização modal dessas orações.

Segundo a constatação de Monteiro (1998, 43), as conjunções *embora*, *conquanto*, *posto que*, *se bem que*, *apesar de que*, *ainda que* e *sem que* introduzem orações que denotam fatos certos, ao passo que as conjunções *mesmo que*, *ainda que* e *nem que* introduzem orações hipotéticas e, portanto, trazem um certo valor de condição, ou seja, introduzem a idéia de incerteza ou apenas da possibilidade de ocorrência de um fato. Também Azeredo (2000b, 238) afirma

---

<sup>3</sup> Raciocínio semelhante pode ser aplicado ao caso das temporais, considerando-se que eventos temporalmente conectados tendem a manter entre si um nexos de causalidade.

que a conjunção concessiva *embora* “introduz sempre uma informação vista como real”, enquanto “a representação da concessão como hipótese ou irrealidade costuma ser feita por meio de *ainda que, mesmo que, mesmo se, ainda se*”.

O que se verifica, por conseguinte, é que as concessivas de valor condicional podem se ligar à modalidade epistêmica, enquanto as concessivas que não apresentam tal valor não são construções modais típicas.

Há que se ressaltar, por fim, que cada uma das estruturas anteriormente comentadas – as da lista de Bechara – não têm apenas um único valor semântico-pragmático, apresentando cada uma complexidades que não podem ser contempladas em um trabalho com os limites do nosso.<sup>4</sup> Mais uma vez faz-se importante mencionar que se trata de caracterizações prototípicas e não absolutas. Seja como for, a consideração da heterogeneidade dos sentidos associáveis a construções com o subjuntivo recomenda a compreensão dessa categoria como uma categoria assimétrica, diferente das categorias clássicas organizadas em torno de um conjunto fixo de propriedades comuns a todos os seus membros. A indicação de construções mais e menos prototípicas servirá de pano de fundo para a análise da flutuação que será feita no capítulo seguinte.

Antes de passar a esta análise, no entanto, faz-se necessário abordar um último aspecto relativo ao emprego do subjuntivo em português.

Conforme anunciado na Introdução, a ênfase deste trabalho é a variação subjuntivo/indicativo. Na análise de nossos dados, entretanto, percebemos a existência de alguns fenômenos interessantes que dizem respeito à flutuação entre os tempos do subjuntivo. Por essa razão, concluiremos este capítulo com uma breve discussão sobre regularidades observadas no emprego dos tempos do subjuntivo.

No que se refere aos tempos do subjuntivo, há que se ressaltar que as oposições entre os mesmos, no que tange aos valores semânticos que lhes podem ser atribuídos, são bem menos claras do que no caso do indicativo. Isso pela própria vocação semântica básica do subjuntivo como um todo, que é a de marcar o “não real”, aquilo que não se deixa situar propriamente numa linha temporal, na

---

<sup>4</sup> Em Sweetser (1990) encontramos, com efeito, uma defesa da idéia de que muitas construções, entre elas as condicionais, as concessivas e as causais, são sistematicamente polissêmicas, podendo ser usadas ora com valor deôntico, ora epistêmico e ora com valor associado ao domínio dos atos de fala.



qual eventos ou estados de coisas podem, como no caso dos tempos do indicativo, ser demarcados em função de sua relação com o momento de fala. Isso não significa dizer, entretanto, que algumas oposições semânticas não possam ser discernidas com razoável clareza no sistema de tempos do subjuntivo. Sabe-se que, neste modo, as três formas simples que se articulam (presente, pretérito e futuro) podem ser sistematizadas em dois planos temporais. No primeiro, apresenta-se uma oposição entre presente e pretérito; no segundo, a oposição se realiza entre pretérito e futuro. Dessa forma, verifica-se que as três formas do subjuntivo se reduzem à oposição entre dois conteúdos, uma vez que as formas do presente e do futuro não têm conteúdos temporais distintos, diferindo-se somente quanto à distribuição sintagmática (cf. Câmara Jr., 1975, 137; 1996b, 101, 102; Azeredo, 2000, 128).

Se é verdade, no entanto, que o sistema de oposições semânticas entre os tempos do subjuntivo é bem menos preciso do que aquele que organiza as oposições entre os tempos do indicativo, não se pode dizer por isso que a escolha entre os tempos do subjuntivo não obedeça a princípios reguladores. Com base na proposição de Langacker (1999,19), evocada no capítulo 2, podemos dizer que se trata aqui de um daqueles casos em que os princípios reguladores envolvidos não podem ser explicados em função de uma motivação semântico-pragmática clara.

As regularidades subjacentes ao emprego dos tempos do subjuntivo poderiam ser resumidas da seguinte forma:

- (i) regularidades existentes na correlação entre o tempo da oração principal e o da oração subordinada, que podem ser assim esquematizadas:

Tempo da principal	Tempo da subordinada
Presente do Indicativo	Presente ou Pretérito Perfeito do Subjuntivo
Pretérito Perfeito, Imperfeito ou Mais-que-Perfeito do Indicativo	Pretérito Imperfeito ou Mais-que-Perfeito do Subjuntivo
Futuro do Presente do Indicativo	Presente, Pretérito Perfeito, Futuro Simples ou Composto do Subjuntivo

Futuro do Pretérito do Indicativo	Pretérito Imperfeito ou Mais-que-Perfeito do Subjuntivo
-----------------------------------	---

- (ii) regularidades existentes na correlação entre o conectivo que introduz a oração subordinada e o tempo do subjuntivo nela utilizado: as conjunções *caso, embora, ainda que, por mais que*, dentre outras, admitem o Presente, o Pretérito Perfeito, o Imperfeito e o Mais-que-Perfeito do Subjuntivo; já as conjunções *se, quanto mais, depois que, logo que, enquanto*, dentre outras, admitem o Futuro Simples ou Composto, o Pretérito Imperfeito e o Mais-que-Perfeito do Subjuntivo.

As considerações que faremos no próximo capítulo acerca da flutuação no emprego dos tempos do subjuntivo limitar-se-ão a duas situações particulares: a primeira, refere-se à quebra da expectativa criada por determinados conectivos que introduzem a oração subordinada em relação ao tempo do subjuntivo nela utilizado; a segunda, diz respeito ao uso de uma conjugação anômala para o futuro do subjuntivo.

Após termos feito uma interpretação da categoria do subjuntivo em português, à luz da abordagem cognitivista por nós adotada, cabe-nos agora analisar especificamente a *flutuação* no emprego do subjuntivo, tarefa que nos propomos realizar no capítulo seguinte.